



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**  
**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** BR102015024302-2      **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 22/09/2015  
**Prioridade Unionista:** -  
**Depositante:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG) ,  
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS - FAPEMIG (BRMG)  
**Inventor:** RODRIGO RIBEIRO RESENDE, VÂNIA APARECIDA MENDES  
GOULART @FIG  
**Título:** MÉTODO PARA DIAGNÓSTICO IN VITRO DE ACIDENTE  
VASCULAR CEREBRAL ISQUÊMICO (AVCI) A PARTIR DA  
IDENTIFICAÇÃO DE AMINOÁCIDOS BIOMARCADORES EM  
PLASMA DE SANGUE

**PARECER**

Em 27/10/2023, por meio da petição N° 870230095554, o depositante apresentou argumentações e modificações no quadro reivindicatório do pedido em resposta ao parecer emitido no âmbito da Resolução N° 240/2019, notificado na RPI 2744 de 08/08/2023 segundo a exigência preliminar (6.22).

No parecer técnico anterior, com código de despacho 7.1, publicado por meio da RPI n° 2777 de 26/03/2024, apontou-se que o pedido não seria privilegiável por contrariar as disposições dos arts. 8º c/c 13, 22, 24 e 25 da LPI.

Por meio da petição n° 870240052255 de 20/06/2024, a requerente apresentou sua manifestação em relação ao parecer técnico anterior. Nessa petição, a requerente apresenta seus esclarecimentos, novas vias do Quadro Reivindicatório com 2 reivindicações com emendas e Resumo.

No segundo parecer técnico, com código de despacho 6.1, publicado por meio da RPI n° 2792 de 09/07/2024, apontou-se que o pedido não seria privilegiável por contrariar as disposições dos art. 25 da LPI. Nesse parecer anterior foram sugeridas as seguintes modificações no Quadro Reivindicatório:

- “1. Definir na atual reivindicação 2 que o diagnóstico é “in vitro”;*  
2. Submeter um novo título e novas vias do Relatório Descritivo harmonizados à matéria pleiteada.”

Por meio da petição n° 870240083865 de 01/10/2024, a requerente apresentou sua manifestação em relação ao parecer técnico anterior. Nessa petição, a Requerente apresenta

seus esclarecimentos, novas vias do Quadro Reivindicatório com 2 reivindicações emendadas, Relatório Descritivo, bem como Resumo.

<b>Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001)		<b>X</b>
A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida (Resol. INPI PR n.º 69/2013)	<b>X</b>	
O pedido refere-se a Sequências Biológicas		<b>X</b>

#### **Comentários/Justificativas**

##### **ANVISA**

Tendo em vista que o art. 57 inciso XXVI da Lei Nº 14.195, de 26/08/2021, revogou o art. 229-C da Lei Nº 9.279/96 (LPI) – conforme modificada pela Lei Nº 10.196/01 –, o pedido não será mais encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a análise de prévia anuência relativa aos produtos e processos farmacêuticos. Sendo assim, dar-se-á prosseguimento ao exame técnico.

##### **Acesso ao patrimônio genético nacional**

O INPI emitiu a exigência de código 6.6.1 na RPI nº 2489 de 18/09/2018, para fins de manifestação do depositante quanto à ocorrência de acesso ao Patrimônio Genético nacional e/ou Conhecimento Tradicional Associado para obtenção do objeto do presente pedido. Não tendo havido manifestação do depositante no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação na RPI, o INPI deu prosseguimento ao exame técnico com o entendimento de que não houve acesso ao patrimônio genético nacional e/ou conhecimento tradicional associado, conforme consta no texto do despacho de código 6.6.1 publicado na RPI, de acordo com entendimento firmado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INPI (PFE-INPI) no Parecer nº 00001/2018/PROCGAB/PFE-INPI/PGF/AGU (Processo INPI nº 52400.002142/2018-30), publicado na RPI 2465 de 03/04/2018.

##### **Sequências Biológicas**

O presente pedido não aborda listagens de sequências biológicas.

<b>Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas</b>			
<b>Elemento</b>	<b>Páginas</b>	<b>n.º da Petição</b>	<b>Data</b>
Relatório Descritivo	1–25	870240083865	01/10/2024
Listagem de sequências*	Código de Controle	-	-
Quadro Reivindicatório	1–3	870240083865	01/10/2024
Desenhos	1–2	014150001271	22/09/2015
Resumo	1	870240083865	01/10/2024

**Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI**

<b>Artigos da LPI</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		<b>X</b>
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		<b>X</b>
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	<b>X</b>	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	<b>X</b>	

**Comentários/Justificativas**

O Quadro Reivindicatório não apresenta objeções em relação aos arts. 10, 18, 22 e 32 da LPI.

**Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI**

<b>Artigos da LPI</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	<b>X</b>	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	<b>X</b>	

**Comentários/Justificativas**

**Art. 25 da LPI**

No segundo parecer técnico foi apontado que a antiga reivindicações 2 não apresenta clareza (art. 25 da LPI), uma vez que não se restringe a um método *in vitro*, além disso, o título nas vias do pedido não estava harmonizado.

As modificações empreendidas no Quadro Reivindicatório pela requerente, bem como novas vias com o novo título do pedido, superam a falta de clareza apontada no parecer anterior, desta forma o pedido atende ao disposto no art. 25 da LPI.

**Quadro 4 – Documentos citados no parecer**

<b>Código</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de publicação</b>
-	-	-

**Comentários/Justificativas**

—

<b>Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)</b>		
<b>Requisito de Patenteabilidade</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Reivindicações</b>
<b>Aplicação Industrial</b>	Sim	1–2
	Não	-
<b>Novidade</b>	Sim	1–2
	Não	-
<b>Atividade Inventiva</b>	Sim	1–2
	Não	-

#### **Comentários/Justificativas**

No segundo parecer técnico anterior foi avaliado que diante das modificações restritivas realizada no Quadro Reivindicatório submetido através da petição nº 870240052255 de 20/06/2024, entendeu-se que os documentos do estado da técnica não eram impeditivos para a matéria restrita pleiteada, de modo que as antigas reivindicações 1–2 atendiam aos requisitos de patenteabilidade constantes nos arts. 8º, 11, 13 e 15 da LPI.

As observações do parecer prévio são mantidas integralmente, dado que a requerente, no novo Quadro Reivindicatório, apresentado por meio da petição nº 870240083865 de 01/10/2024, não fez nenhum tipo de alteração que modificasse a matéria em relação a esses requisitos, portanto as novas reivindicações **1–2** atendem ao disposto no art. 8º da LPI.

#### **Conclusão**

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2024.

---

Felipe Moura Knopp  
Pesquisador/ Mat. Nº 2390347

DIRPA / CGPAT II/DIMOL

Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº  
001/21